

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMPUS RIO GRANDE



*Manual para o professor:  
Orientações para o exercício da docência em sala de aula regular com  
alunos surdos inclusos.*



INSTITUTO FEDERAL  
RIO GRANDE DO SUL

*Rio Grande, agosto, 2014.*

***Manual para o professor:  
Orientações para o exercício da docência em sala de aula regular com  
alunos surdos inclusos.***

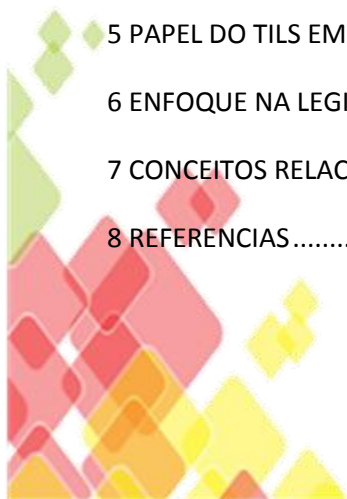


Este documento foi elaborado por Carla Regina Andre Silva, Coordenadora do NAPNE; Aliana Cadoso, pedagoga do IFRS; Gisele Rangel, professora de Libras do IFRS; Cristiane Silveira Duval e Lucas de Almeida Soares, Tradutores e Intérpretes de Libras contratados na Instituição; com colaboração de Aline Wartner, Enfermeira docente da Faculdade Anhanguera – Unidade de Rio Grande e Maria Auxiliadora Terra Duarte, Tradutora/Intérprete de Libras e Professora de Surdos na rede Municipal de Ensino, com revisão ortográfica da Professora Sabrina Hax Duro Rosa, docente no IFRS – Campus de Rio Grande.



## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	4
2 COMPROMISSO INSTITUCIONAL COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	5
3 INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS COM TURMAS DE ENSINO REGULAR .....	7
3 DIREITOS DO ALUNO SURDO:.....	15
4 ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE COM ALUNOS SURDOS INCLUSOS EM TURMAS DE OUVINTES .....	17
5 PAPEL DO TILS EM SALA DE AULA .....	22
6 ENFOQUE NA LEGISLAÇÃO .....	24
7 CONCEITOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
8 REFERENCIAS.....	27





# 1 INTRODUÇÃO

Estas orientações foram elaboradas para contribuírem com a prática docente na mediação da construção do conhecimento em turmas regulares com alunos ouvintes e surdos inclusos, de ensino médio integrado, subsequente e superior.

São dicas práticas, generalistas que envolvem questões didático pedagógicas que podem servir para nortear a o trabalho docente dentro do Câmpus Rio Grande, com possibilidades de serem utilizadas como base para os demais ambientes de ensino.

O IFRS Câmpus Rio Grande visa uma educação de qualidade, com adaptações essenciais para o público surdo, facilitando o processo de ensino aprendizagem para o aluno e, conseqüentemente, dando um suporte para os professores. Esta proposta esta embasada nos preceitos legais sobre educação para surdos, nas políticas nacionais de educação inclusiva, e nas vivencias profissionais dos colaboradores deste documento.

O documento começou a ser desenvolvido no ano de 2013 e, devido à grande complexidade do assunto, foram realizadas pesquisas em base de dados, sobre a pratica docente para alunos surdos no ensino profissionalizante. Tem-se poucas publicações, sendo mais direcionadas ao ensino fundamental, como a alfabetização, ensino da Língua Brasileira de Sinais, ensino de português e matemática e questões politicas, culturais, legais, mas sobre as disciplinas que compreendem o currículo dos demais níveis e sobre o ensino profissionalizante em si, há uma escassez de materiais.



## 2 COMPROMISSO INSTITUCIONAL COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O IFRS possui o compromisso de trabalhar no sentido da democratização dos conhecimentos, articulado a um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos devendo constituir-se como uma instituição de educação conhecedora e comprometida com a realidade na qual está inserida. Destaca a verticalização do ensino através da articulação da educação básica, profissional e superior. Na dimensão político pedagógica, projeta-se uma sociedade baseada em relações verdadeiramente igualitárias, na qual a democracia remete ao conceito amplo de cidadania.

Nas políticas de ensino tem o compromisso com a educação profissional; a verticalização do ensino; a construção e reconstrução permanente de seus currículos; as práticas avaliativas, a busca por paradigmas democráticos para inclusão, acesso e permanência na instituição. Em conformidade com as políticas e princípios que orientam suas ações, na medida em que objetiva um projeto de sociedade baseada na igualdade de direitos e oportunidades nos mais diversos aspectos: cultural, econômico, político, entre outros.

Concebe o currículo numa perspectiva ampliada, que contempla as diversas experiências de aprendizagem, esforços pedagógicos e intenções educativas, sendo compreendido como um projeto, porque não se trata de algo pronto. O currículo é entendido como meio de organizar o conhecimento, sendo construído coletivamente, levando em consideração os elementos da realidade local e dos sujeitos envolvidos, influenciado pelas relações dinâmicas dentro do contexto escolar e carregado de intencionalidade político-pedagógica.

Já a avaliação é vista como integrante dos processos de gestão, de ensino e de aprendizagem, envolvendo ações de ordem diagnóstica, de monitoramento e de reflexão das práticas realizadas. Tem como finalidade promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário, entendendo que toda a educação constitui-se como um ato intencional. Percebe-se que os processos de avaliação devem remeter a um delinear de diferentes formas de avaliar, já que os educandos são sujeitos únicos, com vivências pessoais, experiências anteriores e com formas particulares de construir e reconstruir conhecimentos.

Sobre a educação inclusiva, concerne um espaço pedagógico, que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que resignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. A educação inclusiva no IFRS visa atender às necessidades especiais de todos os estudantes, através do **desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas**. No intuito de avançar na democratização do acesso aos cursos, o Instituto está aderindo e definindo políticas afirmativas para ingresso, tais como cotização, bonificação ou reserva de vagas para alunos da rede pública, membros de comunidades quilombolas, afrodescendentes e indígenas e pessoas com necessidades especiais.



### **3 INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS COM TURMAS DE ENSINO REGULAR**

Há muitas teorias que podem nortear os métodos e metodologias de ensino com várias justificativas e orientações de atuações. Porém, nem sempre é possível o docente ter acesso ou aplicar os diferentes processos educacionais em classes regulares que tenham alunos surdos inclusos. Tornando as possibilidades reduzidas muitas vezes por falta de recurso, outras por déficit na formação acadêmica e ou continuada ou pelo contexto apresentado. Assim se as metodologias de ensino escolhidas não forem amparadas em perspectivas inclusivas, as pessoas surdas podem ser prejudicadas na sua formação profissional e inserção escolar e social.

Em Rio Grande/RS, ainda não há escolas bilíngues<sup>1</sup> nem específicas para o ensino de surdos no âmbito profissionalizante, e as pessoas surdas que desejam fazer cursos profissionalizantes, técnicos ou superiores, têm que ingressar em turmas regulares nas instituições do município, sendo que em algumas destas instituições exigem que os candidatos participem de prova para seleção. Mas algumas ainda não oferecem cotas para pessoas com deficiência, visto que esta não é uma exigência legal, limitando-se a adaptações das provas ou ofertando a presença de tradutores interpretes de Libras para auxílio dos candidatos. Estas adaptações ainda são insuficientes para viabilizar o ingresso dos alunos surdos nestes espaços e estas colocações são realizadas baseadas nas estatísticas de pessoas surdas no município e no senso escolar. Posteriormente ao ingresso, as adaptações realizadas parecem serem insuficientes para que os alunos surdos tenham êxito na aprendizagem nos níveis médio, profissionalizante e superior.

---

<sup>1</sup> Em agosto do ano de 2013 foi aprovado a construção de uma escola bilíngue municipal, para o ensino fundamental, mas ainda esta em fase de projeto.



Esta realidade de ingresso do aluno surdo em uma turma de ouvinte, é um desafio para o aluno surdo, para os professores, demais colegas de turma, familiares e gestores visto que a comunicação é imprescindível para o processo de ensino, para formação, para as relações, enfim, para o desenvolvimento humano, e é um dos fatores dificultadores da inclusão efetivamente, mas existem outros de igual relevância como a escassez no mercado de trabalho de Tradutores habilitados, com fluência adequada e recursos financeiros institucionais, principalmente nas instituições públicas que precisam estimar seus orçamentos com um ano de antecedência e não tem como se estimar se no período de seleção e matrículas se terá um aluno surdo ingressando na instituição.

Mas falando de questões da prática profissional em sala de aula, ressalta-se que o mais importante que o docente saber [LIBRAS](#), que a língua materna das pessoas surdas no Brasil, é compreender no mínimo alguns detalhes de como é esta língua. Como as pessoas surdas em sua maioria não falam porque não desenvolveram esta habilidade por não escutarem, naturalmente iniciam a se comunicar por gestos que nem sempre são compreendidos pelas famílias, principalmente quanto o diagnóstico de surdez se faz tardio. Na presença de um diagnóstico precoce é possível iniciar a estimulação da criança para utilizar Libras que uma língua e não uma linguagem, pois apesar de ser gestual -visual-espacial, é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, preenchendo os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico. Possuindo todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda de prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua, não possuindo relevância fonética, mas tem outros requisitos importantes.

A língua de sinais não é internacional, há sinais que são, mas no geral cada nação tem sua língua. Libras é língua de sinais brasileira e possui variações entre as regiões, semelhantes a dialetos ou termos tradicionalistas. Há sinais que são oficiais e estes são comuns a todas as regiões nacionais e também a determinadas áreas, como por exemplo, termos da física, da matemática, da filosofia etc, mas há palavras e termos em português



que não existem sinais oficiais, assim os surdos e interpretes de uma região acabam por criar sinais para estas palavras, que quando usados dentro de um contexto os surdos conseguem compreender mesmo se forem de outra localidade.

Alem dos sinais há os classificadores que são descrições gestuais de objetos, locais, formas usados quando o surdo não conhece o sinal para determinada expressão ou quando não existe um sinal, serve também para ajudar um ouvinte, que não sabe a língua de sinais, a compreender a mensagem que o surdo deseja passar ou vive versa. Alguns sinais se modificam ao longo dos tempos de acordo com as alterações dos costumes da geração que o usa e com o contexto histórico e social como nas línguas orais.

Tem sinais que são icônicos, ou seja, que tem relação com a imagem que representam, mas isso não é uma regra, outros são arbitrários, ou seja, não possuem semelhança, outros são neutros e não possuem gênero. As expressões faciais também fazem parte da língua de sinais e algumas representam expressões ou completam o sentido do sinal realizado. A tradução do português para libras e vice versa não é possível de ser realizada literalmente, pois são línguas diferentes em muitos aspectos, precisando assim ser realizadas traduções de acordo com o contexto, fato este que muitas vezes é um dificultador para o aluno surdo compreender ou se expressar no português escrito, pois nem sempre tem um domínio do português ou um vocabulário amplo. Muitos sinais servem para diferentes significados, de acordo com o contexto é que assumem o significado. Alguns sinais são neutros, não possuem gênero como no português, nem singular ou plural, outros são específicos para pessoas, outros para objetos assim também para indicar situações. Os verbos não tem conjugação e se dividem em direcionais, que são os que tem concordância direcional, e os não direcionais que não tem concordância direcional comparando ao português é como ficassem no infinitivo.

Os tipos de frases são representados com as expressões faciais, e alguns movimentos na sinalização. As noções temporais são expressas por sinais acrescentados a frase dentro do contexto. Como em todos os grupos sociais, na Libras também há gírias, que variam entre os grupos sociais, localidades etc.

Diante deste cenário, enfatiza-se que as diferenças entre Libras e português influenciam direta e indiretamente todo o processo comunicacional escrito e de leitura, interferindo nas diversas áreas educacionais, podendo ser um complexo obstáculo a ser transportado no ensino desde a participação em sala de aula passando pela participação, avaliações e aproveitamento educacional. Portanto, faz-se necessário buscar meios para que os sujeitos em suas singularidades consigam efetuar o processo de ensino-aprendizagem de forma exitosa, com respeito à diversidade de todos e com as questões asseguradas por lei. Assim, pode-se dizer que a inclusão educacional é o privilégio de conviver com as diferenças nos espaços escolares, oportunizando a todos uma aprendizagem igual para formação educacional e também pessoal, ou seja, para a vida.

Para haver inclusão educacional do aluno surdo é necessário mais que ter o **profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Brasileira (Tils)** em sala de aula. Também, é necessário que o docente entenda e aceite que Libras é a língua materna deste aluno e que busque meios e metodologias para o ensino desses alunos surdos, que têm uma **língua** diferente e com **estrutura** própria (*Lei 10.436 de 24/04/2002*) e uma forma de comunicação que é visual-espacial, além de outras particularidades relacionadas a uma forma de comunicação diferenciada. Essas nuances da comunicação visual-espacial acabam passando despercebidos pelos profissionais que atuam com pessoas surdas e que não possuem conhecimento da história, da cultura surda, da Libras. Os profissionais precisam compreender que o vocabulário em português do aluno surdo, na maioria das vezes, é restrito e que sua interpretação de leituras e textos e escrita, pode ficar prejudicada pois suas informações e conhecimentos são adquiridos e construídos diferentemente dos ouvintes tanto na forma, no quantitativo, no qualitativo e até mesmo em espacialidade, pois demoram mais a terem acesso e compreensão dos fatos, a inclusão ainda é muito insípida mesmo nos núcleos familiares. No meio escolar como em outros, para que as pessoas surdas compreendam bem a mensagem que se deseja emitir é importante ter certos cuidados com as palavras, termos e expressões usados e escolher os métodos e recursos

adequados, além de assumir uma postura e um comprometimento verdadeiro com a inclusão.

No âmbito educacional, em muitos casos se faz necessário realizar adaptações curriculares, metodológicas e avaliativas, que são direitos assegurados pela legislação, entre uma delas cito a LDB 9.394/96, para promoverem a permanência e o êxito deste aluno na instituição e para que tenham as mesmas condições de aprendizagem dos demais alunos que são ouvintes.

Os documentos institucionais, tais como, plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), Planos de Cursos e Planos de aula, também precisam fazer menção à possibilidade de realização das adaptações contempladas por lei, para que esses direitos se fortaleçam institucionalmente e que venham a ser práticas naturais, de acordo com as demandas.

**Art. 59.** *Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:*

*I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;*

*IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (Lei 9394/1996).*

A responsabilidade de desenvolver essas ações é de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, mas, principalmente, dos docentes que são os agentes que efetivam as práticas pedagógicas em sala de aula.

As adaptações não significam que as pessoas surdas não tenham que desenvolver as mesmas competências e habilidades que os demais alunos, salvo a fluência e domínio da Língua Portuguesa, visto que esta é entendida para o povo surdo como segunda língua e não como língua materna (direito este assegurado por lei). Significa que os métodos de aprendizagem e de avaliação podem e precisam ser diferenciados para promover igualdade de condições entre sujeitos com características e condições diferentes de aprendizagem, de comunicação etc.

Para realizar adaptações curriculares, é importante compreender o seu conceito que diz que: “Adaptações curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais específicas. Para ser possível efetivar esta ação é importante envolver a Direção de Ensino, a Equipe Pedagógica, Professores, Estudantes e Família. Este envolvimento auxilia na promoção do ingresso, permanência, êxito e conclusão dos estudos da pessoa com necessidades especiais.” (BRASIL 2000a)

As adaptações curriculares são dinâmicas, coletivas e participativas, portanto são resultados para um certo período e certo público podendo ser necessário revê-las de acordo com o contexto. A participação de todos os sujeitos envolvidos é imprescindível, e este fato se estende ao estudante e até seus familiares, de acordo com o caso. Esta diferenciação, não significa planejar uma aula separadamente para os alunos surdos, em outro horário e local, mas sim planejar uma aula com recursos, estratégias etc que viabilizem o aprendizado de todos da turma juntos (surdos e ouvintes).

As adaptações curriculares podem ser de grande porte, que compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, são as ações que precisam estar amparadas pela instituição, portanto amparadas pelos documentos institucionais que norteiam o ensino (PDI, PPP, PC, e plano de aula).

São elas:

- **ADAPTAÇÕES DE ACESSIBILIDADE AO CURRÍCULO:** eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, condições físicas, materiais e de comunicação;
- **ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS:** objetivos, conteúdos e metodologias, critérios de avaliação e temporalidade;

Podem ser também de pequeno porte, que são aquelas que compreendem modificações menores, de competência específica do professor, embora perpassem as técnicas didático-pedagógicas, alcançando um exercício de sensibilidade contínuo como,

por exemplo, não falar de costas para os alunos enquanto escreve no quadro, caso haja na turma um aluno com deficiência auditiva. Evitar letras pequenas em materiais impressos e quadro se tiver um aluno com baixa visão, etc. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula e no comportamento atitudinal do professor.

As estratégias educacionais perpassam pela expectativa de aprendizagem, tendo como metas priorizar objetivos que enfatizam capacidade e habilidade básicas de atenção, participação e adaptabilidade do estudante; substituir e/ou acrescentar objetivos de acordo com as necessidades do estudante.

Quanto ao conteúdo, é preciso priorizar as áreas ou unidades de conteúdos que garantam funcionalidade e que sejam essenciais e instrumentais para as aprendizagens posteriores; priorizar a aprendizagem e retomada de determinados Conteúdos, para garantir seu domínio e a sua consolidação; eliminar conteúdos menos relevantes, secundários, para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos.

Quanto aos procedimentos técnicos, metodológicos, estratégias de ensino e aprendizagem, atividades, etc, é importante observar se o aluno apresenta dificuldades nos conceitos abstratos e na transferência para novas situações, buscando fazer orientações claras e objetivas; usar materiais concretos, atividades lúdicas para a construção do conhecimento e em algumas situações até comparações.

No processo de avaliação que envolve as habilidades intelectivas, adaptativas, afetivo-emocionais é necessário visar o nível e a intensidade dos apoios que se fizerem necessários para os estudantes prosseguirem com êxito no processo educativo, de desenvolvimento e de aprendizagem. Sempre filtrando se o que o docente esta pedindo tem real relevância para formação deste alunos para aplicação na vida escolar e ou profissional e se questionando se não há outra forma de avaliar se ocorreu a construção do conhecimento, mais dinâmica e contextualizada. Normalmente os alunos surdos apresentam dificuldades em expressarem-se de forma escrita, talvez uma avaliação em que o aluno

surdo possa conversar, dramatizar, sobre o assunto seja mais proveitoso em algumas disciplinas, mas estas adaptações precisam que o docente esteja aberto ao novo e que tenha tempo e disponibilidade a este aluno. Em muitos casos as mudanças na forma de avaliação podem ser aplicadas a todos os alunos da turma, evitando a monotonia e o tradicionalismo das aulas, e que o aluno surdo se sinta sendo tratado diferenciado, o que pode causar exclusão.



### 3 DIREITOS DO ALUNO SURDO:

- a) Adaptações nos conteúdos;
- b) Adaptações no desenvolvimento das aulas;
- c) Uso de recursos para concretizar as adaptações, como tecnologias assistivas;
- d) Tempo adicional para realização de atividades e avaliações;
- e) Adaptação nas avaliações;
- f) Recursos que viabilizem os processos comunicacionais em sala de aula e de mais ambientes institucionais;
- g) Serviço de apoio ao ensino como atendimentos individuais com os docentes,
- h) Serviço de apoio com tradutores e intérpretes para auxílio dos alunos surdos na compreensão de textos, vídeos, realização de redação de textos adequando-o ao português;
- i) Espaço físico específico para desenvolver a prova, de acordo com suas necessidades;
- j) Apoio durante as aulas, atividades e avaliações: Intérprete de LIBRAS, Ledor, transcritor, recursos tecnológicos, entre outros recursos;
- k) Adaptações nas instalações físicas.

#### Estes direitos são assegurados por:

- **Constituição Federal – 1988**

**Art. 205.** A educação, **direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes **princípios**: I - **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]**;

- **LDB** – (Lei 9394/1996)

**Art. 58.** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - **currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos**, para atender às suas necessidades;

IV - **educação especial para o trabalho**, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, **inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo**, mediante articulação com os

órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

- **Lei de criação dos Institutos Federais** (Lei 11.892/2008).

**Art. 6º** Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, **em todos os seus níveis e modalidades**, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.





## 4 ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE COM ALUNOS SURDOS INCLUSOS EM TURMAS DE OUVINTES

Aqui constam algumas orientações para auxiliar os professores a ministrar aulas em turmas regulares, com alunos surdos inclusos. Lembre-se que a falta de audição gera alterações na forma de desenvolvimento da comunicação, da construção de conhecimentos devido à dificuldade de recebimento de informações pela falta de interação com o mundo auditivo. Muitas vezes, a única fonte de informação destas pessoas, é o ambiente escolar porque sofrem isolamento também nas famílias. Assim, o que nos parece básico, simples, lógico, para um surdo pode ser complexo.

A Libras é difusa na língua portuguesa, reconhecida no Decreto 5.626 22/12/2005, sendo necessariamente o ensino do português através da Libras.

Dicas gerais para docentes sobre adequação didático-pedagógica para o ensino de [pessoas surdas](#):

- Averiguar quais os tipos de linguagem que o aluno surdo utiliza (oral, escrita, língua de sinais, gestos padronizados, leitura labial, entre outros), para facilitar a comunicação entre docente e aluno;
- Nunca falar de costas e escrevendo na lousa, pois é extremamente complicado o aluno olhar para o professor TILS e copiar/olhar para a lousa;
- O conteúdo e materiais referentes à disciplina podem ser entregues ao aluno e aos Tils, pelo professor no início de cada bimestre/ semestre, ou com antecedência para que possa se organizar antecipadamente, se familiarizar com o material, com o vocabulário e receber uma sinalização mais específica, com sinais próprios, criados ou até mesmo pesquisados pelo grupo;

- Realizar antecipadamente as anotações importantes na lousa, incluindo comunicação externa e interna (datas das provas, entrega de trabalhos, cursos, outros cronogramas, etc.);
- Explanar as aulas de forma expositiva utilizando recursos gráficos e visuais, como: cartazes, gravuras, fotos e outros. A visão é considerada a principal via de aprendizado e informação do aluno surdo e o uso de materiais concretos facilitaram o aprendizado, uma vez que conteúdos abstratos dificultam o processo;
- Procurar inclui-lo sempre que houver trabalhos em grupos, pois, ele se sente, muitas vezes, envergonhado e rejeitado perante os demais;
- Elaborar provas diferenciadas dos demais alunos utilizando perguntas sucintas e objetivas com vocabulário claro e com sinônimo de palavras (ou dicionário) que facilitem a compreensão, porém não alterando o conteúdo;
- No processo de avaliação, respeitar a forma de escrita do aluno surdo, levando em consideração a não adequação dos verbos, artigos, pronomes, concordância, entre outros e considerando o conteúdo existente, ex. na frase “O uso de instrumentos adequados, favorece a compreensão e facilita a aprendizagem”, é de se esperar que o surdo escreva:” Instrumentos o uso compreensão e aprendizado”, pois possui um entendimento diferenciado da língua portuguesa, pois a língua materna é a Libras;
- Criar estratégias diferenciadas para avaliar proporcionando ao aluno surdo expressar por meio de sinais, gestos, mímicas, LIBRAS, desenhos, escrita, entre outros. A avaliação pode ser diferenciada dos demais alunos ouvintes, sendo necessário aumentar o número de questões dissertativas e diferenciando o peso das questões, visando uma melhor explicação do que se é pedido, sem, contudo alterar o conteúdo, buscando adequar “necessidade do aluno surdo”;
- Procurar demonstrar interesse pela sua dificuldade, porém, jamais facilitar, dispensar das atividades ou não cobrar suas obrigações;

- O intérprete/tradutor (no caso de haver) atuará como mediador entre o docente e o aluno, tanto na comunicação oral quanto na escrita. O intérprete é importante para o acompanhamento do aluno surdo, porém, a comunicação entre o docente e o aluno surdo sempre deverá ocorrer;
- Quando não entender o que um surdo está falando, solicitar repetição e se for preciso. Para uma melhor comunicação, utilizar expressão facial e corporal significativas;
- Integrá-lo nas atividades acadêmicas juntamente com os demais alunos;
- Observar se o aluno surdo está atento antes de iniciar uma comunicação oral com ele, caso contrário chame sua atenção, tocando-o levemente;
- O professor ministrante da aula/palestra ou reunião não pode iniciar sua fala enquanto os intérpretes não estiverem posicionados, pois desta forma a pessoa surda fica excluída do que foi dito no início ( a não ser quando as pessoas surdas chegarem no local, após o horário marcado);
- Quando em uma sala de aula tiverem alunos surdos, é importante dar prioridade a estes para a escolha das acomodações, para que possam escolher os lugares em que seja favorecido a luminosidade, a visualização dos intérpretes, dos materiais apresentados pelo professor, visto que sua comunicação e aprendizado é visual e estímulos visuais podem interferirem ou colaborarem na concentração e aprendizagem;
- Evitar trocas repentinas das ações planejadas, dos locais marcados para aula, pois pessoas surdas se organizam previamente e mudanças podem deixá-los perdidos;
- Quando as aulas ministradas em laboratórios, e na turma tiverem mais de um aluno surdo, precisa-se organizar a localização dos alunos e dos TILs, visto que não é ofertado um TIL para cada aluno e sim uma dupla de TILs por turma, e todos os alunos surdos precisam ter assegurado a visibilidade dos TILs, para participarem em igualdade da aula como os ouvintes;
- Não falar e escrever no quadro ou mostrar conteúdo em apresentação multimídia ou outra forma de exposição visual ao mesmo tempo pois a aprendizagem e a comunicação da pessoa surda é visual espacial, portanto ou olha para o TIL para compreender a explicação

do docente, ou olha para o material, ou copia... não é possível olhar para o intérprete, ver uma imagem e copiar ao mesmo tempo, pois usa apenas o sentido da visão para operacionalizar o recebimento das informações. Diferente do ouvinte e vidente que tem os dois sentidos funcionais para captarem as mensagens visuais e faladas ao mesmo tempo;

- Adequar o conteúdo didático a realidade da pessoa surda. A linguagem precisa ser simples, direta, completa e se possível na estrutura de LIBRAS. Este público tem um vocabulário reduzido de Português, visto que sua língua materna é LIBRAS e o entendimento do português funciona para como uma língua estrangeira;
- Ao falar, direcionar-se ao aluno surdo, e não ao intérprete, pois o TILs pode ser comparado a um canal de transmissão ou meio para efetivar a comunicação entre o professor e o aluno;
- Utilizar recursos visuais para elaborar as aulas, sempre que possível, pois os alunos surdos aprendem através do visual. A visão é o canal de comunicação destes sujeitos, além de facilitar a compreensão, pois o conteúdo passa do campo do abstrato para o concreto;
- Todos são iguais: ao elaborar e ministrar sua aula, faça de um modo geral com todos os alunos, evitando isolamentos de um grupo ou outro, sem fazer distinção aos surdos dos ouvintes, porém, sabendo e respeitando as diversidades linguísticas, como qualquer outra diversidade deve ser considerada e promovendo quebra de paradigmas e preconceitos, promovendo uma inclusão verdadeira;
- Ao usar filmes, vídeos ou material com áudio é importante lembrar que estes alunos não escutam, e considerar que os alunos surdos precisam que o material seja legendado com tamanho, cor e estilo de fonte de fácil visibilidade, para que tenham acesso ao material. Sendo necessário nesta proposta deixar alguma iluminação para os alunos surdos visualizarem a legenda e o intérprete, pois pode ocorrer alguma discussão no decorrer da atividade e eles enquanto alunos precisam saber do que estão falando para poderem participarem. Outra estratégia que ajuda é enviar aos alunos surdos com antecedência um resumo escrito do filme, sucinto, se possível com linguagem em estrutura de LIBRAS, para conseguirem entenderem melhor o contexto do filme e também da atividade;

- Quanto a ditar conteúdos: textos ou parágrafos extensos não é indicado esta metodologia quando existirem alunos surdos em classes regulares com ouvintes, uma vez que a libras possui uma estrutura diferente do português, e estes não conseguem acompanhar os demais. Assim se faz necessário que os conteúdos sejam escritos no quadro ou entregues já impressos. O aluno surdo não terá como olhar o intérprete enquanto o professor dita, e copiar o conteúdo ao mesmo tempo (diferente dos ouvintes que escrevem e escutam ao mesmo tempo). Assim a igualdade de oportunidades entre pessoas ouvintes e surdas estará afetada;
- O responsável pelo ensino do surdo é o docente e não o profissional tils, assim as dúvidas dos alunos surdos em relação aos conteúdos, são de responsabilidade do professor e não do TILs. As dúvidas sobre a compreensão da mensagem repassada, do vocabulário são de responsabilidade do TILs;
- Na elaboração de materiais para uso de multimídia, precisa ser avaliado a cor do fundo, das imagens, das letras, visto que não é possível ficar com a sala de aula com grande redução da iluminação, pois o aluno surdo precisa manter a visão do intérprete para receber as informações que estejam sendo passadas pelo professor e traduzidas pelo TILs . Com este cuidado de cores e nuances do material visual se estará respeitando os direitos de todos alunos da sala, sem excluir um grupo para atender a outro;
- Atentar para que as adaptações de condições de aula contemplem também os alunos ouvintes, evitando que estes se sintam prejudicados pelas necessidades dos surdo. Estes detalhes evitam constrangimentos e isolamentos entre os alunos, colaborando por uma melhor aceitação do diferente e promovendo inclusão, socialização.



## 5 PAPEL DO TILS EM SALA DE AULA

A presença dos [TILs](#) em sala de aula que tenham alunos surdos inclusos com ouvintes ou professores ouvintes e alunos surdos, ou ainda professor surdo e alunos ouvintes é uma estratégia indispensável para que o aprendizado se concretize. Assim apresenta-se algumas das funções destes profissionais em sala de aula. Ressaltando que atuação destes nos espaços de sala de aula é bem mais complexa que em outros exigindo deles uma postura diferenciada e muito estudo e comprometimento com a profissão e com a comunidade surda. A integração dos TILs com os docentes e demais setores da instituição também são de suma importância para que o ensino dos alunos surdos se efetive de fato na instituição. Descreve-se abaixo algumas das funções destes profissionais, para colaborar com os docentes, esclarecendo possíveis dúvidas:

- Intérprete é um locutor, transmissor de uma mensagem de um sujeito ouvinte para um surdo e vice versa, é a **VOZ** e o ouvido do surdo fazendo a reprodução fiel das falas, respeitando as estruturas linguísticas das línguas utilizadas, que no caso português e LIBRAS. Assim sendo de inteira responsabilidade dos sujeitos emissores a responsabilidade do conteúdo das mensagens transmitidas;
- O intérprete que atua em sala de aula, somente entra em sala de aula com o surdo, não sendo responsável pelos seus atrasos. Assim este profissional deve estar a posto no início da aula do lado de fora da sala, até que o aluno surdo chegue, e o TILs deve entrar junto com o aluno;
- Os docentes ao disponibilizar **alguns** materiais com antecedência para que os intérpretes, possibilitam que estes se familiarizem com os conteúdos, pesquisem sinais que não são tão comuns e específicos para realizarem a tradução melhor, mais objetiva e com sinais mais adequados, pois a Libras é uma língua, que muda sua estrutura regularmente, de acordo com a região. Há palavras e expressões em português que não possuem sinais;

- O intérprete é um profissional, é o transmissor da mensagem entre dois ou mais emissores, não é agenda e/ou monitor do aluno surdo;
- Cuidado de não estigmatizar o estudante, o que poderá provocar desconforto e com isso dificuldade de interagir com professores, colegas e outras pessoas no convívio escolar;
- Flexibilizar, para que o acesso ao currículo seja adequado às Condições dos estudantes surdos por meio de adequações/adaptações:
  - a) Respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar;
  - b) Trabalhar as potencialidades e não os limites do aluno;
  - c) Adotar metodologias de ensino diversificadas, respeitando as Singularidades do estudante.
  - d) Em caso de dificuldade de atuação busque apoios especializado na Coordenação Pedagógica e ou NAPNE;
  - e) Trabalhar com aprendizagem significativa;
- Quando o professor estiver desacordo com a conduta do aluno surdo, deve dirigir-se á este e não ao TILS, fazendo suas considerações, exigências, queixas etc, e o TILS deverá apenas traduzir a mensagem para o aluno surdo intermediando a conversa. Sendo assim o professor não deve cobrar do TILs as condutas dos alunos surdos.



## 6 ENFOQUE NA LEGISLAÇÃO

### 7.1. Artigo II – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

“Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.”

7.2. Artigo 1º – Decreto nº 7.611 de 17/11/2011 – Direito das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

“Parágrafo I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade.

Parágrafo II - aprendizado ao longo de toda a vida.

Parágrafo III – não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.

Parágrafo IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

Parágrafo V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação”.





## 7 CONCEITOS RELACIONADOS A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Integração escolar** - é o processo em que o aluno se adapta para estar inserido no ensino regular, depende exclusivamente do próprio aluno.

**Sistema inclusivo** - é quando a escola se adapta para receber o aluno com necessidades especiais .

**Inclusão educacional** - é um processo bidirecional, em que são desenvolvidas ações junto a Pessoas com Necessidades Especiais, para que participem da construção do conhecimento e à sociedade de uma forma geral como formação cidadã, contribuição com a formação profissional, desenvolvimento de autonomia etc.

**Pessoa deficiência** - é aquela que possui permanente ou temporariamente perdas, reduções de estruturas ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidades para o desempenho de algumas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (SENAC, 2003).

**Necessidades especiais educacionais-** são necessidades originadas pelas perdas, reduções de estruturas ou funções anatômicas, fisiológicas, psicológicas ou mentais que geram incapacidade para o desempenho de algumas atividades escolares, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, permanente ou temporariamente.

**Deficiência auditiva (DA)** - é a perda gradativa da audição, que dificulta a percepção e o entendimento da fala e de outros sons, pode se manifestar em diferentes graus

- DA leve : habilidade de detecção de sons entre 25 a 40 dB.
- DA moderada: habilidade de detecção de sons entre 45 a 70 dB.
- DA severa: habilidade de detecção de sons entre 75 a 90 dB.
- DA profunda: habilidade de detecção de sons entre acima de 90 dB



**Surdez** - é a perda total da percepção dos sons e de entender a fala e outros sons do meio ambiente.



## 8 REFERENCIAL

BRASIL, Presidência da Republica. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da republica. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. Lei nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DESEMBRO DE 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. LEI N 12.319, DE 1 DE SETEMBRO DE 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: [http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Presidência da Republica. DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acessado em 20 de maio de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações curriculares de grande porte. Brasília: 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília: 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf>. Acessado em: 15 de maio de 2014.

PACHECO, Jonas; ESTRUC Ricardo. Curso Básico de Libras. V.11.01. ©Copyright 2011 – [www.surdo.org.br](http://www.surdo.org.br). Disponível em: <http://www.surdo.org.br/Apostila.pdf>. Acessado em: 20 de julho de 2014.